

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2010

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Ementa:

Dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.

Explicação da Ementa:

Institui o Adicional por Participação em Missão no Exterior; majora a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; majora a Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal; incorpora aos salários dos empregados ocupantes dos empregos públicos de Especialistas em Saúde - Área Médico-odontológica do Hospital das Forças Armadas a Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei nº 10.968/2003; aumenta a remuneração dos cargos da Carreira de Tecnologia Militar e dos cargos da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde; institui Estrutura Remuneratória Especial para os cargos de provimento efetivo, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo; reenquadra servidores no Plano de Carreiras e Cargos da ABIN.

Assunto: Administrativo - Servidores públicos

Data de Leitura: 16/06/2010

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada pelo Plenário

Último local: -

Destino: À sanção

Último estado: 01/07/2010 - TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA

Matérias Relacionadas:

Requerimento nº 638 de 2010

Despacho:**17/06/2010 (despacho inicial)**

null

Análise

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

14/07/2010 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo**Ação:** PROCESSO ARQUIVADO**09/07/2010** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Anexado o Ofício SF n.º 1454, de 08/07/10, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o incluso autógrafo sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei n.º 12.277, de 30/06/10 (fl. 420).

Ao Arquivo.

08/07/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** Recebido neste órgão às 9h48.**07/07/2010** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação:** Leitura da Mensagem nº 197, de 2010 (nº 370/2010, na origem), restituindo autógrafos do projeto, sancionado e transformado na Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.
À SEXP, para o encaminhamento à Câmara dos Deputados de exemplar de autógrafo do projeto sancionado, e posterior remessa do processado ao Arquivo.*Publicado no DSF Páginas 34506-34507***05/07/2010** SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO**Ação:** Recebido, neste órgão, nesta data.

Encaminhado ao Plenário.

05/07/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Ação:** À SSCLSF, a pedido.**01/07/2010** SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE**Situação:** TRANSFORMADA EM NORMA JURÍDICA**Ação:** (PR) PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.
SANCIONADA. LEI 012.277 DE 2010.
DOU - 01/07/2010 PÁG. 00002 a 00010.
Sancionada em 30/06/2010.

TRAMITAÇÃO

24/06/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Situação: REMETIDA À SANÇÃO

Ação: Ofício SF nº 1176 de 23/06/10, à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil encaminhando a Mensagem SF nº 113/10, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto (fls. 243 a 301).

Ofício SF nº 1177 de 23/06/10, ao Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando a aprovação sem alterações, em revisão, do presente Projeto e o seu encaminhamento à sanção presidencial (fls. 302).

23/06/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Anexado o texto revisado (fls.185 a 242).

17/06/2010 SF-SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE

Ação: Recebido neste órgão às 19:17 hs.

17/06/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Ação: É lido e aprovado o Requerimento nº 638, de 2010, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e subscrito por todas as Lideranças Partidárias, de urgência para a matéria; passando-se a sua imediata apreciação. Anunciada a matéria, é proferido pela Senadora Serys Slhessarenko, Relatora designada pela Presidência em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Parecer nº 847, de 2010 - PLEN, favorável ao projeto. Discussão encerrada, em turno único, sem oferecimento de emendas ao projeto, tendo usado da palavra os Senadores Augusto Botelho, José Nery, Gim Argello e a Senadora Rosalba Ciarlini. Aprovado o projeto. À sanção. À SEXP.

Publicado no DSF Páginas 29904-29935

17/06/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

17/06/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, a pedido.

17/06/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando designação de Relator.

16/06/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 29541-29716

TRAMITAÇÃO

16/06/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Aguardando leitura.

16/06/2010 SF-PLLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 173 (cento e setenta e tres folhas) folha(s) numerada(s) e rubricada(s).
À SSCLSF.

DOCUMENTOS

Autógrafo - PLC 88/2010

Data: 16/06/2010

Autor: Câmara dos Deputados

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre a instituição do Adicional por Participação em Missão no Exterior, a remuneração dos cargos de Atividades Técnicas da Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro de Pessoal Permanente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam as Leis nºs 10.484, de 3 de julho de 2002, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, da Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, dos Empregos Públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, do Plano de Carreiras dos Cargos de Tecnologia Militar, de que tratam as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, e 11.355, de 19 de outubro de 2006, da área de Auditoria do Sistema Único de Saúde, de que trata a Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a instituição de Estrutura Remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, a remuneração do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, de que trata a Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008, alterando essas Leis e a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 11.784, de 22 de setembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/06/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/06/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.